

## 2 - OUSMANE SEMBÈNE: AS ORIGENS DE UM ARTISTA MILITANTE

### 2.1 – Da Casamansa ao porto de Marselha

Nascido em 1923 na região da Casamansa<sup>5</sup>, mais especificamente na cidade de Ziguinchor, Sembène era filho de um pescador Lebu<sup>6</sup> originário de Dacar. Dacar era umas das Quatro Comunas do Senegal<sup>7</sup> que conferia a seus habitantes a cidadania francesa, *status* adquirido por Sembène graças a seu pai, uma vez que a região da Casamansa não era contemplada com tal “privilégio”.

As implicações dessa cidadania francesa e o seu significado para Sembène serão abordados ao longo do trabalho, nesse momento inicial acho importante voltar a atenção para o fato da região da Casamansa não ser contemplada pelos franceses com o reconhecimento de sua população como “assimilada”<sup>8</sup>. Obviamente não se trata de uma seleção ao acaso, e os motivos que levam a Casamansa a não ter o mesmo *status* compartilhado pelas Quatro Comunas do Senegal, diz muito sobre o papel que será exercido por Sembène no contexto da independência.

A região da Casamansa, que recebeu esse nome dos portugueses que lá chegaram quase no final do século XV, fica na parte sul do atual Senegal, abaixo da Gâmbia. No entanto, a região nem sempre possuiu uma unidade administrativa com a parte norte, até mesmo nos tempos da presença colonial sua História em muito se afasta do restante do país conhecido hoje como Senegal.

---

<sup>5</sup> É comum a utilização da grafia Casamance devido à influência francesa na região a partir do século XIX, inclusive as duas grafias estão presentes na coleção História Geral da África, organizada pela UNESCO.

<sup>6</sup> Etnia minoritária associada às atividades pesqueiras.

<sup>7</sup> Dacar, Goree, Rufisque e Saint Louis eram consideradas as Quatro Comunas Senegalesas, os cidadãos dessas regiões poderiam ser considerados cidadãos franceses.

<sup>8</sup> Os “assimilados” ou “*assimilés*”, eram aqueles que recebiam direito à cidadania dentro dos domínios coloniais franceses segundo o *code de l'indigénat*. O *indigénat* é um regime administrativo comum na política colonial francesa. Consiste de um regime discriminatório onde o colonizador outorga-se o direito a tutelar os povos dominados, concedendo-lhes direito a cidadania na medida em que pudessem ser julgados “civilizados”. Tal regime foi introduzido pela primeira vez na Argélia na década de 1870. Cf. BETTS, Raymond F. **A dominação europeia: métodos e instituições**. In: História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. BOAHEN, Albert Adu (Ed.). São Paulo: Cortez, 2011. (p. 368)

Com a chegada dos portugueses, “Casa Mansa” foi o nome dado ao rio que passou a batizar a região, o nome derivava, segundo Yves Person<sup>9</sup>, do título detido pelo rei dos Bainuk-Kassanga, um reino vassalo do Império do Mali<sup>10</sup>. Estabelecendo ali feitorias e entrepostos comerciais, os portugueses deram início ao contato com os povos que ali habitavam.

A região era próspera e cosmopolita. Suas terras férteis às margens do rio atraíam agricultores assim como a navegação pelo rio atraía comerciantes. Muitos grupos étnicos se estabeleceram no local, sem que essa diversidade se tornasse um empecilho para o desenvolvimento da região, que muito se beneficiou das trocas com os portugueses. Inclusive alguns grupos mantiveram em suas línguas palavras do português como herança desse período, segundo relata o professor Ousmane Sène<sup>11</sup>.

Com o passar dos anos, a região passou por conflitos e sempre lutou pela sua autonomia, combateram o Império do Mali, os portugueses, os franceses e até o próprio Senegal. A Casamansa preserva até hoje uma herança rebelde e de resistência<sup>12</sup> que é muito importante ressaltar, e que, sem dúvida, marca a subjetividade de sua população. No caso específico da ocupação francesa, que se iniciou em 1886 com a anexação da Casamansa à colônia do Senegal, a resistência da região foi retaliada com brutalidade e a “pacificação” só foi alcançada depois de muitos massacres.

Um dos grupos étnicos mais importantes da região, os jolas<sup>13</sup>, possuem duas características importantes, segundo Gadjigo: eles nunca estiveram sob uma monarquia e nunca tiveram a experiência de uma administração centralizada. O autor Senegalês complementa: “Esta comunidade, igualitária de coração e ligada à

<sup>9</sup> PERSON, Yves. **Os povos da costa – Primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da Costa do Marfim.** In: História Geral da África – África do século XII ao XVI. NIANE, Djibril Tamsir (Ed.) São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>10</sup> “No plano administrativo, o *mansa* do Mali era representado por um *farin*, do qual dependiam vários chefes de aldeia: os *niuni mansa*, os *bati mansa*, os *casa mansa* etc”. LY-TALL, Madina. **O declínio do Império do Mali.** In: História Geral da África – África do século XII ao XVI. NIANE, Djibril Tamsir (Ed.) São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>11</sup> Professor de Literatura Africana e Afro-americana na Universidade Cheikh Anta Diop e diretor do *West African Research Center* (WARC), ambos em Dacar, que ofereceu um conjunto de palestras na Casa das Áfricas e PUC de São Paulo, entre os dias 13 e 14 de agosto de 2013, sendo esta última em conjunto com o professor Samba Gadjigo.

<sup>12</sup> Está em atividade até os dias de hoje o *Mouvement des forces démocratiques de Casamance* (MFDC), movimento armado que reivindica a independência da região da Casamansa.

<sup>13</sup> Comumente encontrado com a grafia “djola” ou “joolas”

liberdade individual, sempre fez questão de estoicamente suportar o peso da dominação estrangeira enquanto preserva sua identidade intratável”<sup>14</sup>.

É digno de nota que a longa tradição insurgente da Casamansa é muito enaltecida pelo professor Samba Gadjigo, porém não há muitas referências na historiografia do período anterior ao contato com os europeus. De qualquer forma, é notável desde o século XIX uma constante instabilidade política na região, primeiramente devido à violenta luta contra os franceses e em seguida na formação de movimentos separatistas no pós-independências que estão em atividade até os dias de hoje na região.

Mas porque recorrer a essas lembranças da Casamansa para tentar reconstituir aqui a trajetória de Ousmane Sembène? Trata-se de um esforço no sentido de afastar a ideia de que Sembène constituiu sua postura combativa em resposta apenas ao colonialismo europeu. Para além da relação com a história recente do Senegal, sua importância se insere numa questão ainda mais ampla. A ideia de um Senegal independente sequer existia enquanto Sembène crescia. Sua infância foi marcada pelo convívio entre vários povos em uma região que sequer fazia parte do que se considerava o Senegal sob a ocupação francesa.

O escritor, o cineasta, o militante Sembène não foi um fruto do colonialismo, mas sim um fruto de uma determinada região africana, é fruto das relações sociais geradas pelos contatos entre os povos que ali habitavam, é fruto das suas relações familiares. Nada disso escapa ao peso do colonialismo, mas isso não significa dizer que sua história se resumiu ao contato colonial. Sembène não foi uma criação colonial, mas um agente que se insere numa tradição rebelde da região da Casamansa, nas palavras de Gadjigo: “Casamansa é o reduto que apressou o seu gênio criativo”<sup>15</sup>.

Partir da Casamansa para entender Ousmane Sembène é fundamental, pois ao afastar nosso olhar da presença colonial, nos proporciona uma dimensão mais abrangente e menos eurocêntrica. Sembène se deparou com todos os empecilhos característicos do cativo colonial, disfarçado de missão humanitária, através do *code de indigenat*, como veremos nas próximas páginas, porém, a inquietude que levou a formação do artista e militante não é de origem europeia, sua estética, sua

<sup>14</sup> GADJIGO, Samba. **Ousmane Sembène – The Making of a Militant Artist**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2010. (p. 12), tradução nossa.

<sup>15</sup> Ibidem (p.7), tradução nossa.

obra, são marcadas pela sua origem, e se converteram em instrumento para combater o colonialismo no campo da cultura.

A trajetória de Sembène nos permite subverter um dos maiores mitos existentes hoje sobre os países africanos, que é a ideia de que a diversidade étnica é um problema para a coexistência pacífica entre os povos. Obviamente, existem conflitos de motivação étnica, porém, o problema não reside simplesmente na diversidade.

Como dito anteriormente, a região da Casamansa é habitada por diversas etnias, com religiões e línguas diversas. Na Ziguinchor da década de 1920, Ousmane Sembène transitava entre os diversos espaços demarcados pela herança cultural de cada grupo, sem restrições ou imposições. Esse ambiente de tolerância e diversidade será fundamental para a formação do artista, tal como o próprio afirma: “Eu sempre vou ser grato pelo fato de ter crescido em um ambiente como esse, isso me imbuíu com um inato senso de respeito pela diferença”<sup>16</sup>.

Sembène recebeu educação corânica nos primeiros anos de sua infância e até os poucos anos que morou em Dacar integrou a comunidade muçulmana. A relação com a religião vai marcar sempre sua obra e é importante fazer aqui uma observação sobre a maneira como o Islã chega à Casamansa. Ressaltando a diversidade da região e a especificidade da introdução da cultura do amendoim, Gadjigo diz:

Ziguinchor também atraía Balantes, Manjaks e Mancagnes da vizinha Guiné-Bissau. Mas a cidade deve a sua complexidade cultural para as populações expansionistas vindas do norte e do leste, e assim aconteceu que o marabu-conquistador Fodé Kaba impôs o Islã e o cultivo de amendoim na terra do Jolas, com a concordância tácita dos franceses.<sup>17</sup>

Como também aponta Jean-François Bayart<sup>18</sup>, o Islã se expande pela Casamansa junto com o cultivo do amendoim e com consentimento francês. Sembène aponta para o fato de seus professores muçulmanos não falarem uma palavra em wolof<sup>19</sup>, toda sua educação corânica foi em mandingue, reforçando uma pluralidade cultural, que ele, por falar tanto o wolof quanto as outras línguas locais, desfrutava de maneira ímpar.

<sup>16</sup> Ibidem (p. 11), tradução nossa.

<sup>17</sup> Ibidem (p. 12), tradução nossa.

<sup>18</sup> BAYART, *Op. Cit.*

<sup>19</sup> Língua falada pela etnia majoritária no Senegal.

Um jola com sangue lebu e amamentado por uma mãe sereh, era assim que Sembène contumava se definir etnicamente<sup>20</sup>. De fato, essa não reivindicação de uma etnia específica pode não ser padrão na sociedade senegalesa (tanto atual quanto sob o domínio colonial), mas é um indicativo de uma convivência interétnica harmoniosa. Também é um indicativo de uma formação política por parte de Ousmane Sembène, formação que antecede o seu contato com os modelos europeus.

Na biografia realizada pelo professor Gadjigo, a figura do pai de Sembène apresenta-se como combativa e extremamente crítica à presença colonial. Mesmo tendo “cidadania” francesa, recusava-se a aceitar empregos aos quais teria acesso graças a esse atributo legal. Moussa Sembène também não se demonstrou preocupado quando seu filho foi expulso da escola, e ainda deu razão ao filho, que revidou a agressão de um professor francês.

Segundo Gadjigo, os lebus reivindicam para si uma tradição de resistência à autoridade, valorizam sua autonomia mais do que sua prosperidade econômica. Para além da imagem romantizada, o pai de Sembène levava essa postura para a sua vida e deixou um claro exemplo para seu filho. O jovem Sembène, ao mesmo tempo em que observava o pai e tinha contato diário com a riqueza baseada na diversidade cultural de Ziguinchor, exercia um nível particular de rebeldia. Ainda longe das ideias de luta contra o colonialismo, longe de se dar conta e vivenciar o racismo e a luta de classes, Ousmane Sembène já colocava em prática certa inquietação lebu.

Depois da Casamansa, em 1938 Sembène vai morar em Dacar com um tio. Lá ele tem uma segunda chance na escola e completa o ensino fundamental. É em Dacar também que o futuro cineasta tem o primeiro contato com o Cinema. Apesar da segregação que era praticada através dos preços das entradas, Sembène sempre encontrava uma forma de burlar esse controle e por vezes entrar clandestinamente nas salas de exibição.

Em Dacar trabalhou em diversos empregos, foi ajudante, mecânico, pedreiro, enfim, trabalhou onde sua educação e condição permitiam. Entre 1943 e 1944, não há consenso em sua biografia quanto à data, Ousmane Sembène se alistou no corpo de Atiradores Senegaleses (*Tirailleurs Sénégalais*), parte

---

<sup>20</sup> GADJIGO, *Op. Cit.* (p. 15)

integrante do exército francês. Sua experiência no exército colonial foi definitivamente marcante na sua visão de mundo.

Sembène costumava dizer: “A escola não me ensinou nada, eu devo tudo à guerra”<sup>21</sup>. Não se trata de conhecimento formal, foi no exército que ele aprendeu o que era racismo e observou os mecanismos do colonialismo de perto. Até sua mudança para Dacar e seu alistamento poucos anos depois, Sembène relata que não havia tomado consciência da segregação racial.

O jovem rapaz que se alistou no exército motivado, como a maioria de seus colegas, pelo sentimento de dívida com os franceses, incutido pela política indigenista, retornou em 1945 com um único objetivo: deixar o Senegal. A experiência da guerra propiciou uma nova visão de mundo para Sembène, porém, não foi na guerra que ele definiu a necessidade de transformar a sua realidade.

Em 1946 deixou o exército e engajou-se nos sindicatos de Dacar, Sembène já não era mais uma pessoa religiosa e se ressentia pela falta de reconhecimento da participação de soldados negros africanos na guerra. A experiência do racismo, o papel dos africanos “assimilados” em ratificar a conferência de Brazzaville<sup>22</sup> e o Massacre de Thiaroye<sup>23</sup> formaram um cenário que revoltava Sembène. Ao mesmo tempo ele se politizava lendo assiduamente o *Le Jeune Sénégal*<sup>24</sup>.

Aos poucos o sonho francês se desfazia na frente de Sembène. O sentimento de uma suposta dívida com os franceses vai sendo substituída gradualmente pelo sentimento anticolonial.

No mesmo ano foi clandestinamente para Marselha em busca de melhores condições de vida e conseguiu trabalho como estivador. Manteve-se ativo nos sindicatos e participou das reuniões da *Présence Africaine*<sup>25</sup> (criada em 1947). Filiou-se ao Partido Comunista Francês, se tornando um proeminente membro da *Confédération générale du travail* (CGT) em 1950.

---

<sup>21</sup> Ibidem (p. 60), tradução nossa.

<sup>22</sup> Conferência organizada pelo governo francês no exílio em 1944 para discutir os rumos do colonialismo na África, porém, sem a participação de representantes africanos. A Conferência será abordada quando tratarmos especificamente da ocupação colonial francesa.

<sup>23</sup> Massacre perpetrado pelo exército francês contra soldados africanos do exército colonial em 1944, no Campo de Thiaroye, no Senegal. Os soldados se sublevaram contra os maus tratos e contra a suspensão do pagamento de seus soldos.

<sup>24</sup> Jornal de caráter anticolonialista editado por Pape Guèye Sarr. Cf. Ibidem (p. 76)

<sup>25</sup> Revista fundada por Alioune Diop que se tornou o principal veículo dos trabalhos produzidos pelos intelectuais envolvidos nas causas africanas, famosa por publicar os textos que fortaleceram o movimento da *Négritude*.

É na mesma década de 1950 que Ousmane Sembène começa sua aproximação com a literatura, após um acidente de trabalho que o levou a ficar meses de cama, ele escreveu seu primeiro livro *Le Docker Noir* em 1956. Como o título sugere, sua obra reflete as experiências do próprio Sembène como estivador na França, denunciando a discriminação racial e a vida miserável levada pelos imigrantes do continente africano em Marselha.

Suas obras seguintes foram “*O pays, mon beau peuple*” (1957), e a mais conhecida de suas obras literárias: “*Les bouts de bois de Dieu*” (1960), obra através da qual alcançou reconhecimento como escritor. Esse livro representa um marco importante entre os intelectuais de origem africana engajados no combate ao colonialismo, porque foi o primeiro romance a descrever uma greve de operários na África, ou seja, não como vítimas, mas agentes do processo histórico.

A partir da década de 1950, Sembène parte para a ação, contestando as estruturas que o oprimiam através da organização dos trabalhadores e convergindo com várias forças sociais de transformação e ao mesmo tempo criticando-as. É no porto de Marselha que Sembène deu vazão ao seu gênio criativo, é no movimento sindical que ele tem acesso à literatura e é encorajado a escrever, ao se dar conta que nas bibliotecas não havia literatura direcionada para os imigrantes africanos, apenas literatura europeia. É nesse contexto que emerge sua criatividade, longe da África, como aponta Gadjigo:

Na Marselha pós-guerra, Sembène encontrou no *Vieux Port* a chave que abriria as comportas de sua criatividade subversiva: militância operária na CGT, através da qual ele se aproximou da esquerda comunista e do humanismo socialista, mais tarde presentes na obra literária e cinematográfica do, agora formado, artista-militante.<sup>26</sup>

A trajetória de Sembène vai determinar sua visão de mundo e sua postura diante da causa africana. Deixo para outro ponto a posição do artista com relação aos principais debates entre os intelectuais de origem africana da época, assim como um aspecto importante de sua constituição como artista: a condição de exílio.

Nesse momento, volto minha atenção para a questão da presença colonial francesa, que demanda uma análise mais detalhada com a finalidade de não subestimarmos, e nem superestimarmos, o peso do colonialismo tanto na trajetória

---

<sup>26</sup> GADJIGO, *Op. Cit* (p. 109), tradução nossa.

do artista Ousmane Sembène, quanto no contexto de surgimento do cinema africano como será abordado no próximo capítulo.

## 2.2 – Colonialismo e a África Ocidental Francesa

O presente capítulo tem por objetivo traçar um panorama geral da formação política e cultural da África Ocidental Francesa, percorrendo temas que vão desde a forma específica assumida pelo colonialismo francês na região, até as maneiras de resistência das populações locais. O intuito é expor, baseado nas mais recentes obras relativas à África contemporânea, uma visão sobre o fim do processo de colonização e o início do processo de libertação que não se restrinja à perspectiva europeia, mas que também não ignore a assimetria na correlação de forças devida ao peso da empresa colonial e seus interesses econômicos.

Partindo do contexto geral da formação da África Ocidental Francesa (AOF), pretendo reconstituir um cenário que nos permita analisar o surgimento do cinema na África independente, que não por acaso, encontra na África francófona sua origem. O papel do Senegal é preponderante nesse processo, uma vez que foi uma das colônias mais importantes no âmbito da AOF, devido a sua posição estratégica (Dacar, capital senegalesa, é a cidade mais ao ocidente da África continental), e é de onde surgem os primeiros filmes já no início da década de 1950.

Não é minha intenção realizar um debate mais aprofundado sobre as diversas formas de colonialismo que existiram sobre a África durante a ocupação europeia, me deterei, por enquanto, apenas na sua versão francesa, tentando traçar um panorama geral que leve em conta as suas diferentes posturas ao longo do episódio colonial e suas diversas formas de interação com as realidades materiais locais.

Ressalto a avaliação de John Iliffe no que diz respeito ao contato colonial. Não se sustenta a abordagem que define o contato como um episódio superficial na História do continente, assim como não é sustentável defender que a presença colonial destruiu as tradições africanas e se impôs incondicionalmente. Nas palavras de Iliffe:

O novo não se limitou a substituir o velho, misturou-se com ele, por vezes revitalizou-o, e produziu novas sínteses distintamente



africanas. O capitalismo, a urbanização, o cristianismo, o islamismo, a organização política, a etnicidade e as relações familiares assumiram todas formas específicas quando os africanos as remodelaram para que fossem ao encontro das suas necessidades e tradições. Ver o colonialismo como agente destruidor da tradição é subestimar a resistência africana. Vê-lo como simples episódio é subestimar tudo o que a civilização industrial ofereceu aos africanos do século XX<sup>27</sup>.

É importante distinguir que o colonialismo francês por si só não representa uma prática única, a própria divisão administrativa sugere isso. As possessões francesas na África se dividiam entre a AOF - composta por Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné Francesa, Alto-Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Níger e Mauritânia - e a África Equatorial Francesa (AEF) – composta por Congo-Médio (atual Congo), Chade, Oubangui-Chari (atual República Centro-Africana) e Gabão.

Além das duas federações de colônias, a França ainda possuía mandato sobre Camarões e Togo<sup>28</sup>, além da presença na Argélia desde o início do século XIX. Porém, a Argélia não se enquadrava em nenhuma federação de colônias, pois era considerado território francês desde que os europeus conquistaram e efetivamente controlaram o território (já no início do século XX) que antes estava sob domínio Otomano. O império colonial francês contava ainda com os protetorados do Marrocos e da Tunísia

A administração colonial francesa possuía uma linha de comando que funcionava da seguinte forma, segundo as denominações aplicadas por Majhemout Diop<sup>29</sup>: cada agrupamento de colônias possuía um governador-geral que respondia ao ministro das colônias na França e que governaram por decreto durante boa parte da ocupação colonial. Já os territórios sob mandato eram geridos por um alto-comissário da República. Uma diferença importante era que na AOF e na AEF havia alistamento militar, enquanto nos territórios sob mandato não, e nesse último caso, a França submetia sua administração à Sociedade das Nações através de um relatório anual.

<sup>27</sup> ILIFFE, JOHN. **Os africanos – História dum continente**. Lisboa: Terramar, 1999. (p. 275)

<sup>28</sup> Mandato concedido pela Sociedade das Nações sobre antigas colônias pertencentes à Alemanha, após o fim da Primeira Guerra Mundial.

<sup>29</sup> DIOP, Majhemout. **A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português**. In: História Geral da África – África desde 1935. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (editores). São Paulo: Cortez, 2011.

Voltando a atenção agora para a AOF, abaixo de cada governador-geral existia um tenente-governador, que era responsável por cada colônia. Ele era o chefe administrativo e contava com representantes no interior da mesma, uma vez que cada uma estava dividida em circunscrições. Em cada circunscrição havia um comandante de círculo. Somente na AOF havia uma centena de circunscrições, segundo Majhemout Diop.

Abaixo dos comandantes de círculo existiam os chefes de Cantão ou chefes de comunidades, que compunham a última instância do alcance administrativo colonial. Nas palavras de Diop: “Em princípio, as antigas famílias reinantes garantiam estas funções mas, na realidade, estes chefes eram somente auxiliares cujo papel consistia, essencialmente, em executar as ordens recebidas do comandante de círculo<sup>30</sup>”.

Apesar da submissão administrativa reservada aos representantes africanos no sistema colonial, a maneira como Diop expõe a participação africana implica uma passividade questionada pelos estudos que compõe o livro *Intermediaries, Interpreters, and Clerks – African Employees in the Making of Colonial Africa*<sup>31</sup>. O papel dos chefes locais e outros funcionários africanos, não implica necessariamente uma função passiva de meros lacaios do governo colonial.

Apontar os africanos que participavam da administração como meros colaboradores implica ignorar a complexidade da dominação colonial, é associar esse domínio com uma aceitação passiva por parte dos mesmos. É necessário observar o contexto social, econômico e político de cada localidade para obter uma análise mais clara da relação estabelecida entre o regime colonial e aqueles que desejavam subordinar.

Dessa maneira, o comandante de círculo era a face do poder colonial em contato direto com os povos da África Ocidental Francesa. Ele centralizava as atribuições no território sob sua responsabilidade, e essas atribuições iam desde exercer o poder político-administrativo, até o recrutamento militar e de mão de obra forçada. Seu papel era claramente ligado à exploração colonial, em benefício da França, sem qualquer compromisso com as reivindicações locais.

---

<sup>30</sup> Ibidem. (p.71)

<sup>31</sup> LAWRENCE, Benjamin; OSBORN, Emily; ROBERTS, Richard (Org.). **Intermediaries, Interpreters and Clerks – African employees in the making of colonial Africa**. Winsconsin: University of Winsconsin Press, 2006.

Essa estrutura marcada pela defesa dos interesses coloniais franceses é combinada com um sistema consultivo, que, na prática, serve para atenuar o peso do colonialismo francês. As Quatro Comunas senegalesas, representantes dos principais centros urbanos (Saint-Louis, Dacar, Gorée e Rufisque), contavam com uma ínfima parcela da população que participava das consultas.

Com relação às regiões rurais Diop diz: “o conselho de notáveis preparava as pesquisas de recenseamento e coletava o imposto de capitação, ele o fazia por ordem do governo e não na qualidade de representante do povo<sup>32</sup>”. Mais uma vez é importante observar a brecha aberta pelo colonialismo, o fato do conselho de notáveis se subordinar oficialmente a um representante francês não implica sua submissão cega e a ausência de interesses por parte desse grupo, nas palavras de Lawrence, Osborn e Roberts: “Os africanos que prestaram serviços cruciais para os europeus também adquiriram habilidades, conhecimento, e depositaram autoridade naqueles que ajudavam suas próprias estratégias de acumulação”<sup>33</sup>.

Dessa maneira, a relação com a presença colonial fortaleceu alguns grupos, que aos poucos foram formando uma camada privilegiada das sociedades africanas sob domínio francês. Ao observarmos além da hipótese do colaboracionismo, podemos concluir que esses grupos obtiveram vantagens importantes para os povos africanos, pois tiveram acesso ao poder e ao conhecimento, ainda que de forma restrita, possibilitando um poder gradativamente maior de barganha por parte dos africanos.

Partindo dessa explicação sobre a estrutura do colonialismo francês, podemos entrar no contexto de crise do sistema colonial. Na chamada “década de ouro” do colonialismo (1935-1945), que Majhemout Diop prefere chamar de “década de ouro do extremismo de direita na Europa”, acontecem mudanças nas relações das colônias francesas com sua metrópole que jamais seriam revertidas.

Diop sintetiza:

Politicamente, os idos de 1935-1945 foram marcados pelo desenvolvimento do nacionalismo moderno, pela aparição de novos níveis de consciência política, pelos balbucios de organizações políticas modernas e pelo nascimento de jornais nacionalistas, (...)

Militarmente, os africanos participaram como soldados na luta contra as ditaduras fascistas na Europa – embora sujeitos

<sup>32</sup> DIOP, Majhemout. *Op. Cit.* (p. 73)

<sup>33</sup> LAWRENCE, Benjamin; OSBORN, Emily; ROBERTS, Richard (Org.). *Op. Cit.* (p. 5), tradução nossa.

coloniais, eles eram explorados por ambas as partes do conflito europeu. (...)

Culturalmente, a resistência africana tomou por vezes caráter religioso (o caso dos *mourides* no Senegal será retomado mais adiante). (...)

No tocante à resistência econômica da África, ela se traduziu pelo nascimento de sindicatos e de movimentos cooperativistas modernos, bem como pela reivindicação de uma parte mais equitativa da produção de suas economias nascentes<sup>34</sup>.

As transformações que tomam curso em meados da década de 1930 não podem ser afastadas da dimensão da grande crise do capitalismo que tomou lugar na virada da década de 1920. Como aponta Iliffe, a reação do estado francês foi quadruplicar “o investimento nas colônias (sobretudo através da concessão de empréstimos) para que as exportações coloniais pudessem manter o comércio externo e os mercados coloniais conseguissem absorver a produção excedentária francesa<sup>35</sup>”.

Um importante período na relação entre a França e suas colônias africanas foi o da formação da Frente Popular que chegou ao poder em 1936. Apesar de uma orientação socialista, não alcançou nenhuma transformação administrativa relevante no sistema colonial. No embate com fortes tendências à direita, a Frente Popular se limitou a proclamar a necessidade de “extrair do sistema colonial o máximo de justiça social e de potencial humano”, nas palavras do próprio ministro das colônias à época, citado por Diop, que complementa: “Ele recomendava algumas reformas, mas sem indicar os meios necessários à sua realização. No momento da queda da Frente Popular, suas modestas ideias reformistas não haviam encontrado nenhum eco favorável na África colonial<sup>36</sup>”.

O pessimismo de Diop não corresponde com precisão ao que se sucedeu ao governo dos socialistas, uma vez que a vida na colônia foi fortemente influenciada pelo governo da Frente Popular. A legalização dos sindicatos em 1937 ampliou muito o alcance da ação política dos africanos, que agora podiam contar com meios mais abrangentes de organização, favorecendo a politização da população sob domínio francês, sobretudo nos meios urbanos. A organização de greves, como a dos ferroviários em Thiés (1938), eram um indício das mudanças que foram favorecidas pelo governo da Frente Popular.

<sup>34</sup> DIOP, Majhemout. *Op. Cit.* (p. 69)

<sup>35</sup> ILIFFE, John. *Op. Cit.* (p. 286-287))

<sup>36</sup> DIOP, Majhemout. *Op. Cit.* (p. 72-73)

A chegada da Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de mudanças que teve início na década de 1930, o que leva Diop a afirmar que o período tido como o auge do colonialismo seria na realidade o começo da sua decadência. E o caso francês mais uma vez se destaca com relação aos outros.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a França já possuía uma tradição em utilizar tropas compostas por africanos oriundos de suas possessões coloniais. Já na Primeira Guerra Mundial, os africanos haviam combatido pela França em todas as frentes. O recrutamento e o alistamento militar (muitas vezes forçados) se acentuaram a partir de 1930, com a proximidade do conflito mundial, engrossando as fileiras dos *Tirailleurs Sénégalais* (Atiradores Senegaleses), que recebiam esse nome apesar de serem recrutados em qualquer possessão colonial francesa dentro das federações.

Com a invasão da França pelos alemães em 1940 e a instauração do regime de Vichy, as possessões coloniais se dividem. A AOF, através de seu governador-geral, proclama fidelidade ao governo fascista, enquanto a AEF se alinha com o general De Gaulle e é seguida por Camarões e pelo Níger, que meses antes da tentativa de retomada da capital da AOF por ingleses e franceses havia se alinhado com De Gaulle. Apesar da divisão, e da posição que cada grupo de colônias assumiu na guerra, em nenhum dos casos houve benefícios a nenhuma das duas confederações de colônias.

O esforço de guerra se traduzia, nos dois casos, em abastecimento de mantimentos e matérias primas (através da exploração dos trabalhadores do campo que eram forçados a fornecer cereais, borracha, etc.), trabalho forçado e de tropas para o front. Somavam-se a isso os problemas de abastecimento de produtos manufaturados provenientes da Europa. No caso do curto domínio do regime de Vichy sobre a África Ocidental Francesa (1940-1942), ainda pesava a implementação de políticas de segregação racial, até então desconhecidas na região, além da supressão dos partidos políticos e sindicatos, e da suspensão da representação africana na Assembleia Nacional francesa.

Com o início da Segunda Guerra, a vida dos meios rurais sofre uma mudança. A tensão entre a população rural e os chefes de cantão, seguidos pelos comandantes de círculo, aumenta significativamente devido ao esforço de guerra. Essa relação, que até 1939 Diop afirma ter sido estável e baseada na tradição

patriarcal<sup>37</sup>, se desdobra no descrédito de boa parte dos chefes locais, por serem associados ao aumento da exploração do colonialismo pela população. Essa iniciativa política está diretamente ligada ao surgimento dos primeiros dirigentes, pois eram eles que encaminhavam as reclamações contra os chefes às instâncias superiores, que muitas vezes resultavam na revogação da autoridade desses chefes e até mesmo em prisões.

Outra via de ação política importante na AOF foi a via do Islã. O mouridismo foi fundado em fins do século XIX por Shaykh Ahmadu Bamba e se desenvolveu principalmente na região wolof<sup>38</sup> do Senegal. Sua diretriz não violenta, que pregava a obediência aos chefes e a santificação do trabalho, contribuíram para que o colonizador reconhecesse no mouridismo um caráter inofensivo, apesar de acompanharem com desconfiança a expansão do Islã. Os preceitos religiosos disseminados por Ahmadu Bamba e seus seguidores foram em grande parte responsáveis por sustentar o patriarcalismo citado por Diop acima, que acrescenta ainda:

O mouridismo aparecia dessa forma como uma adaptação do sistema imposto pelo colonizador; após as dissidências consecutivas à morte de seu fundador, a nova confraria instalou-se confortavelmente no quadro colonial, ainda mais facilmente porque os chefes mourides eram os maiores produtores de amendoim<sup>39</sup>.

Iiffe reforça a ideia de que havia uma tendência por parte do colonialismo europeu em resistir ao Islã, mas que no caso da França, as circunstâncias locais na região do Senegal (ponta de lança do colonialismo francês) levaram a uma associação com o movimento mourides, favorecendo a expansão islâmica. Apesar dessa associação, não era política de estado a conversão e também não era uma questão de dominação de classe, uma vez que os wolof eram grandes produtores de amendoim. Nas palavras do autor: “Para os Jola<sup>40</sup> do Senegal, o islamismo

<sup>37</sup> Ibidem. (p. 81)

<sup>38</sup> Segundo informações da embaixada do Senegal no Brasil, os wolof são a maioria étnica do país (43%), seguidos pelos Haalpulaar, que reúnem os Toucouleurs e os Peuhls (25%), pelos Sérères (14%), pelos Mandingues, pelos Bassaris (4%), pelos Jolas e pelas outras etnias do sul do país (5%).

A população do Senegal é 95% muçulmana. As minorias cristãs e animistas representam respectivamente cerca de 4% e 1% da população. <http://www.senebrasil.org.br/geografia.html> (acesso em 21/02/2013)

<sup>39</sup> DIOP, Majhemout. *Op. Cit.* (p. 82)

<sup>40</sup> Também encontrado com a grafia Diola.

chegou com os amendoins e os caminhões, mas foi trazido por professores, porque a conversão deliberada foi o mais forte motor da expansão<sup>41</sup>”.

O saldo final da Segunda Guerra Mundial para o colonialismo francês foi drástico. E não só pela economia arrasada pela guerra e a necessidade do esforço de reconstrução da própria metrópole. A guerra ajudou a expor os mecanismos de exploração do colonialismo, acentuado pelo esforço de guerra demandado tanto por De Gaulle quanto pelo governo de Vichy, sendo que no último, ainda foi possível experimentar o racismo institucional na forma da segregação racial.

A natureza do colonialismo francês era bem clara inclusive na Conferência de Brazzaville (1944), que foi quando o governo francês no exílio, sob o comando do general De Gaulle, reuniu seus políticos e os altos funcionários das suas colônias para discutir os rumos do colonialismo no continente. A conferência não contou com a participação de nenhum representante africano e também não abriu nenhuma via para uma possível descolonização. Limitou-se apenas a prometer, em um futuro indeterminado, a possibilidade de uma participação dos africanos na gestão dos seus próprios assuntos.

A derrota da ameaça fascista na Europa não diminuiu o racismo e o imperialismo europeu, mas sim, ajudou a construir uma África que possuía muito mais meios de suportar a dominação colonial. Desde o período entre guerras, novas formas de resistência africana estavam se solidificando na AOF, como os movimentos políticos que ganhavam força com seus sindicatos e greves, como as manifestações religiosas e culturais, como o surgimento dos jornais que funcionavam como principal instrumento de circulação de ideias políticas nas colônias, e, principalmente, como o sentimento nacionalista, em muito reforçado pela participação das tropas dos atiradores senegaleses na guerra.

Iliffe ilustra bem essa tomada de consciência política ao dizer:

A guerra não contribuiu só com o recrutamento de soldados africanos, porque embora alguns tivessem adquirido uma consciência política mais aguda, quase todos regressaram tranquilamente à vida civil. O impacto das privações, da inflação e da repressão exercida sobre os civis foi mais importante, permitindo-lhes ter uma maior consciência dos acontecimentos mundiais e em especial dos mecanismos de controle em tempo de guerra, que concitaram o descontentamento contra os governos territoriais<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> ILIFFE, *Op. Cit.* (p. 296)

<sup>42</sup> *Ibidem* (p. 303)

O pós-guerra também gerou um contexto internacional favorável à luta anticolonial, com o enfraquecimento das potências europeias e a emergência do mundo bipolar da Guerra Fria. E o caso francês é acompanhado ainda pela maioria conquistada pelos socialistas na Assembleia Nacional Constituinte de 1945.

Nessa mesma assembleia de 1945, os africanos puderam eleger seus deputados, ainda que o número de votantes fosse bastante limitado, 117 mil de um total de 16 milhões de habitantes. Segundo Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen, “o general De Gaulle esperava através dessa representação colonial, compensar o previsível crescimento da esquerda na França<sup>43</sup>”. Acreditava-se que os colonizados seriam manipuláveis e votariam de acordo com a administração, mas não foi isso que se verificou. A maioria dos africanos eleitos militava pelo fim do regime colonial e se alinharam com partidos de esquerda.

Uma mudança acontecia especificamente no Senegal, mesmo que a possibilidade de voto não fosse novidade para a colônia. Os que possuíam cidadania francesa já participavam das eleições, a novidade estava na expansão desse direito, que, segundo Iliffe: “permitiu que as elites rurais egresses deputados, em especial Leopold Senghor, que criou um partido nacional para destruir o monopólio urbano da política moderna<sup>44</sup>”.

Nessa constituinte foram colocados em pauta vários avanços no sentido da emancipação política das colônias. Deputados como Senghor e Félix Houphouët-Boigny redigiram leis que incluíam a abolição do trabalho forçado, a extinção do regime do indigenato, a concessão de cidadania francesa a todos os colonizados, o estabelecimento das liberdades de expressão e de associação, dentre outras que buscavam deixar o caminho livre rumo à independência dos países da “União Francesa<sup>45</sup>”. Essa Constituição foi rejeitada por sufrágio universal devido a uma forte campanha de oposição encabeçada pela direita, e a nova Constituição de 1946, quando a esquerda já não tinha mais a maioria, recuou em vários pontos, nas palavras de Suret-Canale e Boahen:

---

<sup>43</sup> SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. **A África Ocidental** In: História Geral da África – África desde 1935. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (editores). São Paulo: Cortez, 2011. (p. 207)

<sup>44</sup> ILIFFE, *Op. Cit* (p. 305)

<sup>45</sup> Termo criado na Conferência de Brazzaville em substituição às antigas denominações administrativas sobre as colônias francesas na África, ou seja, o antigo império colonial francês.



A abolição do trabalho forçado e a outorga da cidadania não foram colocadas em causa, como teriam pretendido os colonos, mas o texto constitucional suprimiu toda a possibilidade de evolução rumo à independência e deixou a porta aberta com vista à manutenção do “duplo colégio” e à representação privilegiada dos colonos<sup>46</sup>.

A inflexibilidade do governo francês no sentido de colocar em pauta a independência das suas colônias africanas sofre uma alteração no curso da década de 1950. A derrota na Indochina, as independências da Tunísia e do Marrocos e o início da guerra de libertação da Argélia, forçam o governo francês a adotar outra estratégia, aparentemente mais flexível, no tocante às suas outras possessões na África.

Em 1958, De Gaulle retorna ao poder e se engaja em uma nova Constituição que tem por objetivo transformar os territórios de além-mar em repúblicas, com eleições para substituir seus governadores por presidentes, pela primeira vez sinalizando algum tipo de independência. Mas seu intuito é transformar a União Francesa em Comunidade Francesa, deixando bem claro que a França se reserva uma série de atribuições e que a independência total é incompatível com o pertencimento à Comunidade Francesa.

A nova proposição é submetida à voto na África francesa e a administração colonial consegue a aprovação em quase todas as colônias, com exceção da Guiné, que se torna independente em 1958. E extinção da AOF pela nova Constituição provocou o que os autores supracitados chamaram de “balcanização” do conjunto francês, e prosseguem:

O Senegal e o Sudão francês tentaram nela (na nova Constituição) apoiar-se criando uma “Federação do Mali”, à qual o Alto-Volta e o Daomé foram primeiramente associados, mas eles a deixaram em breve e sob a pressão marfinense. Reduzida a dois membros, a Federação do Mali requereu a sua independência (em 1959) e a França foi obrigada a resignar-se em aceitá-la no dia 20 de junho de 1960, ao preço de uma revisão da Constituição<sup>47</sup>.

Ainda em 1960, Daomé, Níger, Alto-Volta, Costa do Marfim e Mauritania proclamam independência. Tendo perdido completamente o controle da situação, e sem ver realizada sua intenção de manter controle direto sobre as colônias, tal

---

<sup>46</sup> SURET-CANALE; BOAHEN, *Op. Cit.* (p. 208)

<sup>47</sup> *Ibidem.* (p. 213)

como manifestado na sua concepção de Comunidade Francesa, De Gaulle não possui poder de reação e não apresenta resistência a série de independências que se sucederam ao longo do ano de 1960, mantendo somente o Djibuti<sup>48</sup> e as ilhas do oceano Índico sobre a influência da Comunidade Francesa.

Um adendo deve ser feito nesse momento para esclarecer um ponto referente à independência da África Ocidental francesa. No que diz respeito à participação africana na libertação da região, os autores Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen afirmam que o governo francês foi quem determinou de fato a concessão e o calendário na independência de suas colônias na região, negando aos nacionalistas africanos uma participação determinante no processo.

John Iliffe aponta que, apesar de todas as diferenças entre as posturas das grandes potências coloniais após o fim da Segunda Guerra Mundial, um fator era constante: ao reagirem aos desafios nacionalistas africanos, todas estavam atentas aos cálculos da Guerra Fria. Ou seja, a repressão desses movimentos de independência poderia resultar no fortalecimento de forças políticas aliadas ao bloco rival, afastando de maneira definitiva as colônias da esfera de influência francesa.

Além do cálculo político, também é importante a dimensão econômica. Ao criar entraves para a independência, a França teria de arcar, nas palavras de Iliffe, “com os custos de reprimir o nacionalismo e de modernizar o colonialismo, que cresciam a par do aumento da população. (...) Os tecnocratas franceses começaram a pensar nas colônias apenas como um fardo para os sectores mais progressistas da indústria<sup>49</sup>”.

Dessa maneira, por mais que as datas das independências estejam atreladas às manobras políticas e necessidades econômicas do governo francês e o processo tenha se dado de forma não militarizada, os agentes africanos eram parte integrante dessa equação. Relegar a força do nacionalismo e das instituições políticas que se formavam nas colônias a um plano passivo é por demasiado simplista.

Parece-me mais sensato avaliar que, esgotada as possibilidades de manter controle direto sobre suas colônias, o governo francês optou, estrategicamente, por manter relações amistosas com suas antigas colônias, uma vez que o desejo de

---

<sup>48</sup> O Djibuti realiza novo plebiscito e se torna independente em 1977.

<sup>49</sup> ILIFFE, *Op. Cit.* (p. 319)

manter o controle sobre as mesmas estava presente, como pudemos constatar em todas as manobras políticas, mas eram incompatíveis com a nova conjuntura que emergia no pós-guerra. E não foi sem custos que a França chegou a essa avaliação, vide as guerras da Indochina (onde fora derrotada) e da Argélia (que se iniciava).

O sentimento anticolonial não se restringia à militância dentro dos partidos políticos, culturalmente muito vinha sendo produzido pelos africanos no sentido de uma busca pela emancipação do jugo colonial. Em 1947 é fundada em Paris a revista *Présence Africaine*, pelo senador socialista senegalês Alioune Diop, que, segundo os autores supracitados, apesar de não assumir uma postura de enfrentamento direto com o regime colonial, buscava afirmar uma identidade cultural nas origens africanas, postura que ia de encontro com a ideologia colonial francesa<sup>50</sup>.

No mesmo ano, Léopold Sédar Senghor, poeta e político senegalês, publica sua primeira antologia. Dando continuidade a uma tradição literária iniciada quinze anos antes com Aimé Césaire, denominada de *Négritude*. Esse movimento tinha por objetivo a valorização da cultura negra frente a ocupação colonial e contava com a adesão de importantes intelectuais da esquerda europeia, mas não chegava a colocar em questão a ordem estabelecida.

Contraopondo-se a essas manifestações que evitavam o embate político direto, muitos artistas dentro das colônias manifestavam nas suas obras um marcante discurso anticolonial, como os poetas Bernard B. Dadié, Jean Malonga e Fodeba Keita, que através do jornal *Réveil*, publicado em Dacar, divulgavam seus trabalhos e não abriam mão de seu posicionamento político. Keita produzia também balés de sua autoria e os discos com seus poemas chegaram a ser proibidos na AOF por serem considerados subversivos.

Esse breve panorama de uma produção cultural africana nos anos que antecederam às independências políticas, nos mostra as tendências que marcaram profundamente a produção posterior às independências. À esse momento posterior agregou-se a produção cinematográfica, que será abordada no próximo capítulo.

---

<sup>50</sup> SURET-CANALE; BOAHEN, *Op. Cit.* (p. 217)

A seguir voltaremos a atenção à Ousmane Sembène e sua inserção nos debates relativos ao pós-independência tanto no campo da militância partidária quanto na elaboração da crítica aos movimentos culturais do período.

### 2.3 – Sembène e a perspectiva africana de um artista militante

É oportuno ressaltar, nesse momento que chegamos ao ponto do início da expressão artística de Sembène, que além de sua infância em Ziguinchor, sua experiência na guerra e seus anos como estivador e sindicalista, seu gênio criativo é muito marcado por um sentimento de exílio. Esse sentimento não foi definido apenas pelo deslocamento físico.

Diante das pressões sociais assimilacionistas elaboradas pelo colonialismo francês e reproduzidas por boa parte dos sujeitos africanos, Sembène vai desenvolver uma profunda e radical resistência a identidade francesa. Segundo Bauman “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas<sup>51</sup>”.

Sembène foi se tornando cada vez mais alerta ao longo de sua vida. O momento no qual irrompeu sua expressão artística foi também o momento em que Sembène decidiu claramente as identidades que acolheria, e não se desvencilharia até sua morte. Estivador, africano e negro. Nessa ordem, como ficou claro em sua obra e seus posicionamentos.

Essas identidades construídas ou resgatadas, e as bases sólidas que fincam na luta pela descolonização são frutos do incômodo gerado pela violência colonial e mais importante do que debater aqui a concepção de Bauman sobre a liquidez do conceito, que se adequaria melhor a um debate voltado para um período mais recente que a década de 1960, é importante remeter a uma observação feita pelo polonês ao comentar a obra de escritores em condição de exílio:

Essa contínua transgressão de fronteiras lhes permitia espiar a inventividade e a engenhosidade humanas por trás das sólidas e solenes fachadas de credos aparentemente atemporais e intransponíveis, dando-lhes assim a coragem necessária para se incorporar intencionalmente à criação cultural, conscientes dos

---

<sup>51</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (p.19)

riscos e armadilhas que sabidamente cercam todas as expansões limitadas<sup>52</sup>.

Trago essa questão pelo fato de existir uma vasta bibliografia sobre o assunto que aponta alguns aspectos dessa condição que podem ser aplicados no caso de Sembène. Muito cedo ele experimentou essa condição, que não se limita ao deslocamento físico, como Gadjigo vai ressaltar: “Com apenas 23 anos, Sembène já estava experimentando as dificuldades da vida no exílio, que sempre implica uma ausência dupla: a da terra natal e a da própria pessoa em si”<sup>53</sup>.

Edward Said, em seu livro “Reflexões sobre o exílio” aborda a questão de maneira esclarecedora, abrindo assim seu ensaio: “O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre o ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada<sup>54</sup>”.

Acredito que é possível interpretar a ocupação colonial em África como uma “fratura” entre os povos africanos e seu “lugar natal”. Esse distanciamento não se dá apenas no campo físico, geográfico, mas também no campo cultural. A introdução de uma nova língua, novos valores morais e códigos de conduta, que podem ser considerados uma marca característica de um modelo francês, certamente apontam para um deslocamento cultural. E como Said afirma, a condição de exílio é criada, antes de tudo, para negar a dignidade e a identidade às pessoas.

Mais adiante o palestino aponta:

Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado. Em geral, não têm exércitos ou Estados, embora estejam com frequência em busca deles. Portanto, os exilados sentem uma necessidade urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado<sup>55</sup>.

O trecho acima parece estar descrevendo a situação de Sembène em Marselha, que também era próxima da de muitos outros africanos, com a exceção de que boa parte dos deles não sofreu uma separação física da sua terra natal.

---

<sup>52</sup> Ibidem. (p.20)

<sup>53</sup> GADJIGO, *Op Cit* (p. 67), tradução nossa.

<sup>54</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (p.46)

<sup>55</sup> Ibidem. (p.50)

Sendo assim, o que Said expõe como resultado da condição de exílio é facilmente aplicado à condição africana.

Essa minha abordagem se dá pela existência de uma produção cultural ligada à condição de exílio. No livro “Os males da ausência ou a literatura do exílio” Maria José de Queiroz analisa a obra de vários escritores partindo do pressuposto de que a condição de exilado contribui determinantemente nas suas obras. A autora acredita que “não obstante a torrente de desgraça que desencadeia, o exílio nem sempre aniquila<sup>56</sup>”. Ela identifica na condição de exílio um potencial criador extraordinário e presente na obra de muitos escritores.

Esse potencial criativo não deve ser interpretado como uma consequência natural da condição de exílio, e muito menos como um privilégio. Dessa maneira, Said expõe:

No fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece. Mas desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender: ele deve cultivar uma subjetividade escrupulosa (não complacente ou intratável)<sup>57</sup>

Outro fator que aproxima a experiência colonial do exílio é a língua. Assim como o exílio geográfico que geralmente implica a presença do exilado em outro país que não compartilha sua língua natal, aos povos colonizados africanos, muitas vezes são impostas novas línguas enquanto suas línguas nativas são relegadas a um desenvolvimento oral incerto, uma vez que sua escrita não é permitida ou cai em desuso.

A “fratura” imposta pela língua é bem explicada por Roy Armes ao citar Albert Memmi:

O domínio de duas línguas cria, para muitos, uma dolorosa dualidade, pois a língua materna do colonizado, aquela que expressa seus sentimentos, emoções, sonhos, ternura e espanto, aquela que detém o maior impacto emocional, é justamente a menos valorizada<sup>58</sup>

É essa questão que vai levar Sembène progressivamente, a adotar as línguas locais do Senegal em sua obra, produzindo literatura, jornais e cinema em

<sup>56</sup> QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. (p.16)

<sup>57</sup> SAID, *Op Cit.* (p.57)

<sup>58</sup> ARMES, Roy. **O cinema africano ao norte e ao sul do Saara**. In: Cinema no Mundo – Indústria, política e mercado. MELEIRO, Alessandra (org.). São Paulo: Escrituras Editora, 2007. (p.147)

wolof, jola e até um filme em bambara, *Mooladee* (2004), língua que Sembène não falava.

Portanto, da Casamansa ao porto de Marselha, Sembène não se deslocou apenas fisicamente. Sua experiência de vida, somada ao momento histórico marcado pelo processo de descolonização do continente africano, permitiram que ele interrompesse o processo de alienação que o colonialismo exercia sobre as identidades africanas. Nessa perspectiva, não só a valorização dessas identidades, mas também a divulgação delas foram uma constante em sua obra, pois assim ele acreditava estar realmente desvencilhando os povos africanos do colonialismo.

Acima eu mencionei que Sembène abraçou a identidade de estivador acima da condição de africano e acima de sua negritude. Para ele a questão de classe estava acima de todas as outras. Esse era o cerne de suas críticas a movimentos culturais baseados exclusivamente na identidade negra, como a *Négritude*. Para ele, era um equívoco partir da ideia de que existia um fator unificador apenas na cor de pele.

Os escritores da *Négritude*, nos idos de 1930, tinham por proposta definir o mundo, a estética, a cultura e a “raça” negra, sem necessariamente falar do contexto de exploração e opressão no qual esta literatura estava inserida. A crítica que Sembène direcionava à essa abordagem dava conta de que a questão da “raça” era importante, mas que não se devia perder de vista a questão de classe. Ele costumava afirmar que sua solidariedade não era epidérmica, era, acima de tudo, uma solidariedade de classe.

É preciso esclarecer aqui que a trajetória de Sembène foi bem diferente daquela dos acadêmicos escritores de origem africana. Foi no movimento sindical que ele desenvolveu sua formação política e vivenciando a luta de classes de perto ele não via a possibilidade de uma rede de solidariedade baseada apenas na cor da pele.

Na sua experiência, a condição material do negro reforçava o racismo. Os trabalhadores de origem africana tinham geralmente pouca instrução, menores salários e eram considerados despolitizados, muitas vezes eram utilizados pelos patrões para “furar” greves. Para Sembène, a solidariedade racial era de pouca utilidade diante da condição material dos trabalhadores de origem africana, isso não significava negar o racismo, apenas significava que ele via na solidariedade de classe um caminho mais concreto de ação.

Retornando ao movimento da *Négritude*, outra crítica de Sembène era a respeito das formas europeias desse tipo de literatura e o fato de ela ser dirigida a um público europeu ou negro intelectualizado. Ele costumava tratar essa postura com desprezo, como fica claro em sua fala:

Inicialmente, a literatura Africana não era, de maneira nenhuma, voltada para a África. Ela foi feita para os europeus, para dizer a eles: “Olha, nós temos uma cultura e vocês ainda nos oprimem”. Era o que eu chamo de uma literatura de autodefesa ... *Négritude* evoluiu a partir desse contexto: em 1933, não era nada além de um desejo ardente de alguns negros veladamente complexados, que viviam na Europa e queriam ser aceitos pela Cultura Ocidental <sup>59</sup>

É importante ressaltar que apesar das duras críticas que Sembène direcionava ao movimento da *Négritude* com o objetivo de abrir novos caminhos, o movimento teve um grande impacto em África e representou uma ruptura importante ao positivar pela primeira vez a noção de negritude, combatendo, necessariamente uma hegemonia racista.

Muitas críticas que Sembène realizava ao movimento tinham na verdade um alvo específico. Por exemplo: ele criticava o movimento por não combater a ordem colonial, porém, um dos mais conhecidos e combativos autores da *Négritude*, Aimé Césaire, compartilhava com Sembène a ojeriza pelo colonialismo, publicando o famoso *Discours sur le Colonialisme* (1950), com críticas diretas ao governo francês e ao colonialismo.

As críticas mais agressivas eram certamente endereçadas a Léopold Sédar Senghor. O homem que foi presidente do Senegal por vinte anos (1960-1980) era considerado por Sembène simplesmente como “um bom homem francês” <sup>60</sup>. Esse renomado acadêmico, cuja principal contribuição para a *Négritude* foi a elaboração da tese que realizava uma oposição entre a razão europeia e a emoção negra <sup>61</sup>, representava tudo o que Sembène buscava combater em sua obra e militância.

Parte de uma elite “afrancesada”, que chegou ao poder junto com as independências, como ocorreu em outros países da antiga AOF, Senghor

<sup>59</sup> GADJIGO, Samba. *Op Cit* (p. 142-143), tradução nossa.

<sup>60</sup> “a good French man” ANNAS, Max; BUSCH, Annett (ed.). **Ousmane Sembène Interviews**. Jackson: University Press of Mississippi, 2008. (p. XII)

<sup>61</sup> Ver: MUNANGA, Kabengele. **Négritude; usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.



representava para Sembène um resquício do colonialismo. Samba Gadjigo vai observar:

A participação de Sembène em organizações comunitárias o levou a interessar-se pelas ações de homens como Léopold Sédar Senghor e Félix Houphouët-Boigny. Sembène não gostava deles, nem confia neles de jeito nenhum (...) Segundo ele, os deputados africanos em Paris eram meros subprodutos do sistema colonial, e como tal, eles estavam mal equipados para efetuar mudanças radicais na vida dos africanos. Para ele, era um pouco ingênuo esperar que essa elite intelectual abandonasse seus privilégios e serrasse o pequeno galho confortável no qual seus membros estavam - e ainda estão – sentados <sup>62</sup>

Essa elite que chega ao governo em países como Senegal e Costa do Marfim era formada na escola colonial da qual Sembène foi expulso, essa aproximação não tem o intuito de pregar nenhum tipo de determinismo estrito, simplesmente serve para ilustrar que a relação que o futuro cineasta senegalês tinha com o colonialismo era mais incômoda e sua trajetória pessoal o levou a questionar, rejeitar e combater qualquer traço de identidade francesa abraçada pelos africanos.

O pan-africanismo de Sembène está diretamente ligado a essa negação da herança colonial, por isso antes da identidade negra ele se considerava africano. Para Sembène e é importante ressaltar que esse fato não o levou a buscar a constituição de uma única identidade africana. Ousmane Sembène não defendia apenas o povo senegalês, defendia o povo africano. Obviamente, devemos afastar aqui a concepção paternalista de tutela dos povos africanos que tanto serviu ao colonialismo, em seu lugar surge uma expressão de seu pan-africanismo que reconhece em África sua pluralidade e encontra nessa pluralidade sua força.

Sembène falava na condição de africano, mas não no sentido de homogeneizar o continente, pois se algo ficou de sua infância em Ziguinchor foi o contato com as diferenças culturais, e a clara ideia de que isso não significava necessariamente conflito. Também trouxe da Casamansa o ímpeto rebelde, tal como de seu pai, e ao falar aos africanos sabia que muitas barreiras se colocavam entre sua visão e a de outros povos e indivíduos. Portanto, sua ideia de pan-

---

<sup>62</sup> GADJIGO, Samba. *Op Cit* (p. 127-128), tradução nossa.

africanismo em nada se aproximava de noções românticas ou alienadas da realidade africana<sup>63</sup>.

Na concepção de Ousmane Sembène, pan-africanismo era acima de tudo uma valorização das identidades africanas, exercida pelos povos em contato com a realidade africana e formando uma rede de solidariedade frente ao colonialismo, para ele o pan-africanismo baseado apenas em uma suposta herança africana não funcionava, isso não significava que os negros da diáspora não podiam se solidarizar com os negros africanos, mas sim, que essa solidariedade deveria ser de outra natureza, como fica claro em sua fala:

Unidade simplesmente pela unidade, isso não vai funcionar para mim. Isso é casamento forçado, e isso logo termina com um divórcio. Por que deve haver, a qualquer custo, uma união entre os afro-americanos e africanos? Um capitalista africano e um capitalista americano se dão muito bem. Um militante Africano e um militante americano podem similarmente seguir a mesma linha. Tal aliança teria que prosseguir por essas linhas políticas ... Para mim, a solidariedade entre os negros é uma questão, é claro, pois temos um denominador comum, que é a opressão colonial. Mas as situações são bem diferentes ... devemos evitar cair na armadilha do sensacionalismo barato<sup>64</sup>

As palavras de Sembène demonstram também como ele se apegava à questão de classe, o marxismo foi a forma mais adequada que Sembène encontrou para analisar sua realidade e alterá-la. Sua concepção, no entanto, era bem diferente daquela pregada por uma elite intelectualizada, como nos apresenta Gadjigo:

O marxismo de Sembène nunca foi o desses intelectuais pequeno-burgueses, sempre desesperados por alguma excitação ideológica. Ele entrou na arena social porque ele não tinha outra escolha. Só Sembène sabia de qual buraco excruciante estes nove cartões que ele contemplava todas as manhãs haviam o tirado; só ele sabia até que ponto eles lhe deram dignidade e respeito. No entanto, também se deve ressaltar que Sembène, assim como Césaire antes dele, deixou o PC em 1960. Ele nunca mais aderiu a qualquer organização política, dedicando todas as suas energias para a literatura e para o Cinema<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Para uma detalhada análise da evolução da noção de pan-africanismo ver: APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

<sup>64</sup> GADJIGO, Samba. *Op Cit* (p. 141), tradução nossa.

<sup>65</sup> *Ibidem* (p. 115), tradução nossa.

Os nove cartões citados por Samba Gadjigo eram as carteirinhas de filiação das organizações nas quais militou inclusive a do PC francês, que Sembène guardava com apreço, apesar de ter abandonado definitivamente a militância através de partidos, tudo o que interessava ele agora era militar através de sua arte.

A década de 1960 representou uma mudança radical na linha de ação de Sembène. Com a independência do Senegal, ele paralisou a carreira de escritor e se lançou ao projeto de virar cineasta. Mesmo com o sucesso alcançado com *Les bouts de bois de Dieu* (1960), que permitiu que o autor pudesse se dedicar apenas à vida artística, Sembène permanecia incomodado pelo fato da literatura ter um alcance muito restrito na África (como assinalado antes, majoritariamente africanos cultos ou franceses). O senegalês nunca abandonou completamente a literatura, mas à medida que ia ganhando espaço como cineasta os romances ficaram mais raros, inclusive alguns foram transformados em filmes, como “*Xala*”(1974) e o conto “*Le Mandat*”(1968).

No início da década de 1960, Sembène decidiu ir estudar cinema na antiga União Soviética, lá seu professor foi Mark Donskoy. O diretor russo era ex-integrante do Exército Vermelho, formado em direito e medicina. Havia começado sua carreira como cineasta em 1927 e seu trabalho mais conhecido é a trilogia baseada na autobiografia de Maximo Gorki. A concepção de cinema e de arte de Donskoy foi bastante influenciada pelas diretrizes do Partido Comunista da União Soviética.

Apesar disso, assim como seu trabalho literário já reivindicava uma ruptura relativa ao movimento da *Négritude*, seu cinema também não vai ser diretamente moldado pela concepção soviética. Sua obra cinematográfica surge com uma nova proposta estética e uma concepção própria de arte que será abordada mais adiante.

Retornando à transição da literatura para o cinema, essa mudança é também justificada por Sembène levando em consideração a tradição oral intrínseca aos povos da África ocidental subsaariana, representada no papel do griô, que encontra na expressão do cinema uma aproximação maior do que na literatura. Aumentar o alcance de sua obra era fundamental para o autor, uma vez que o mesmo acreditava na arte como veículo de ideias que devem levar à transformação.

O fato de Sembène ter seguido sua luta no campo da cultura é tão emblemático quanto à mudança de uma recém-consolidada carreira de escritor para uma aventura extremamente insólita de se tornar um realizador de cinema em África na década de 1960.

Não existia para Sembène a possibilidade do comodismo, sua inquietude era intrínseca e diante das independências políticas africanas, ele se apegou ao campo em disputa mais negligenciado pela atuação política da época. Sobre a cultura Sembène disse: “Cultura é política, mas é outro tipo de política. Você não se envolve na cultura para ser escolhido. Você não se envolve em sua política para dizer, "eu sou". Na arte, você é político, mas você diz: "Nós somos". “Nós somos” e não “eu sou””<sup>66</sup>.

Seu engajamento no cinema tinha o claro intuito de dizer ‘nós somos’, mas não dizer ao africano como ele deve ser, mas de restituir sua capacidade de representação e de reflexão. No próximo capítulo analisaremos com maiores detalhes os fatores que levaram ao surgimento do cinema africano e a determinante contribuição de Ousmane Sembène para esse processo.

---

<sup>66</sup> ANNAS; BUSCH (ed.). *Op. Cit.* (p. 194), tradução nossa.